



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, O Parque Gerador é composto por 13 Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's) controladas diretamente, com capacidade instalada total do grupo em 291 MW, e a comercial plena em 1.672.372 MWh/ano, beneficiando aproximadamente 2,5 milhões de pessoas. A receita bruta de vendas em 2012 foi de R\$ 311,4 milhões, apresentando um lucro líquido da ordem de R\$ 146,9 milhões. À Administração.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)					
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo
	Nota	31/12/12	31/12/11	31/12/12	
Circulante		<u>30.127</u>	<u>1.254</u>	<u>53.568</u>	<u>73.943</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6	53	469	9.986	30.935
Contas a receber	7	10	585	42.084	41.364
Dividendos a receber	10	29.752	-	-	-
Impostos a compensar		312	200	806	1.009
Despesas antecipadas		-	-	523	373
Adiantamentos a funcionários		-	-	131	76
Adiantamentos diversos		-	-	38	186
Não Circulante		<u>621.465</u>	<u>625.787</u>	<u>1.276.949</u>	<u>1.306.473</u>
Ativos vinculados - BNDES	8	35.794	37.703	71.579	75.867
Depósitos judiciais	9	-	-	7.515	7.542
Investimentos	10	585.671	588.084	-	-
Imobilizado	11	-	-	1.197.669	1.222.915
Intangível		-	-	186	149
Total do Ativo		<u>651.592</u>	<u>627.041</u>	<u>1.330.517</u>	<u>1.380.416</u>

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		147.905	122.782	161.357	137.134
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	18	-	-	62.774	71.492
Depreciação e amortização		-	-	34.110	30.600
Baixa de imobilizado	11	-	-	1.978	8.712
Equivalência patrimonial	10	(145.101)	(119.074)	-	-
Lucro líquido ajustado		<u>2.804</u>	<u>3.708</u>	<u>260.219</u>	<u>247.938</u>
Variações nos ativos e passivos					
Redução em ativos vinculados - BNDES		1.909	3.171	4.288	5.908
Redução (aumento) em contas a receber		575	(585)	(720)	(7.836)
Aumento em impostos a compensar		(112)	(95)	203	(172)
Aumento em despesas antecipadas		-	-	(150)	38
Aumento em adiantamentos diversos		-	-	148	(124)
Aumento (redução) em adiantamentos a funcionários		-	-	(55)	43
Aumento em depósitos judiciais		-	-	27	457
Redução (aumento) em fornecedores		-	-	2.271	(2.970)
Redução em obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	1	39	29
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher		(13)	(33)	(247)	(1.028)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(941)	(1.235)	(12.083)	(12.100)
Aumento na provisão para férias e 13º salário		(1)	-	246	472
Aumento (redução) em outros passivos		(1)	1	(154)	(288)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>4.220</u>	<u>4.933</u>	<u>254.032</u>	<u>230.367</u>

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
1. Receita bruta de vendas		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>311.440</u>	<u>290.224</u>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	16	-	-	311.440	290.224
2. Insumos adquiridos de terceiros		<u>107</u>	<u>135</u>	<u>29.138</u>	<u>34.869</u>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		-	-	21.500	26.358
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		107	135	7.570	8.511
Perda/recuperação de valores ativos		-	-	68	-
3. Valor adicionado bruto (1-2)		<u>(107)</u>	<u>(135)</u>	<u>282.302</u>	<u>255.355</u>
4. Depreciação e amortização		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>34.110</u>	<u>30.600</u>
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)		<u>(107)</u>	<u>(135)</u>	<u>248.192</u>	<u>224.755</u>
6. Valor adicionado recebido em transferência		<u>148.071</u>	<u>122.961</u>	<u>7.937</u>	<u>10.519</u>
Resultado de equivalência patrimonial	10	145.101	119.074	-	-
Receitas financeiras	18	2.970	3.887	7.937	10.514
Outras		-	-	-	5
7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)		<u>147.964</u>	<u>122.826</u>	<u>256.129</u>	<u>235.274</u>
8. Distribuição do valor adicionado		<u>147.964</u>	<u>122.826</u>	<u>256.130</u>	<u>235.273</u>
Pessoal		<u>29</u>	<u>25</u>	<u>14.590</u>	<u>11.465</u>
Remuneração direta		29	25	12.216	9.695
Benefícios		-	-	1.384	967
F.G.T.S		-	-	990	803
Impostos, taxas e contribuições		<u>955</u>	<u>1.248</u>	<u>26.905</u>	<u>25.401</u>
Federais		954	1.247	26.724	25.330
Estaduais		1	1	99	71
Municipais		-	-	82	-
Remuneração de capitais de terceiros		<u>18</u>	<u>6</u>	<u>65.194</u>	<u>73.373</u>
Juros	18	-	-	62.774	71.492
Aluguéis		11	6	1.243	651
Outras		7	-	1.177	1.230
Remuneração de capitais próprios		<u>146.962</u>	<u>121.547</u>	<u>149.441</u>	<u>125.034</u>
Dividendos		29.375	-	29.375	-
Lucros retidos		117.587	121.547	120.066	125.034

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)					
	Controladora		Consolidado		Nota
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
Receita líquida de vendas	16	-	-	300.073	279.653
Custos da venda de energia					
Meio ambiente		-	-	(3.288)	(5.602)
Operação e manutenção		-	-	(10.444)	(13.108)
Taxas setoriais		-	-	(874)	(794)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		-	-	(5.363)	(5.318)
Seguros		-	-	(1.505)	(1.531)
Depreciação e amortização		-	-	(34.110)	(30.600)
		-	-	(55.584)	(56.953)
		-	-	244.489	222.700
Lucro bruto					
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	17	(54)	(88)	(23.272)	(20.466)
Resultado da equivalência patrimonial	10	145.101	119.074	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	17	(105)	(91)	(3.841)	(3.011)
		144.942	118.895	(27.113)	(23.477)
Lucro antes do resultado financeiro		<u>144.942</u>	<u>118.895</u>	<u>217.376</u>	<u>199.223</u>
Despesas financeiras	18	(7)	-	(63.956)	(72.603)
Receitas financeiras	18	2.970	3.887	7.937	10.514
Resultado financeiro		<u>2.963</u>	<u>3.887</u>	<u>(56.019)</u>	<u>(62.089)</u>
Lucro antes dos impostos		<u>147.905</u>	<u>122.782</u>	<u>161.357</u>	<u>137.134</u>
Imposto de renda	19	(683)	(901)	(7.844)	(8.056)
Contribuição social	19	(260)	(334)	(4.072)	(4.044)
Lucro líquido do exercício		<u>146.962</u>	<u>121.547</u>	<u>149.441</u>	<u>125.034</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$		<u>0,4483</u>	<u>0,3708</u>		
Quantidade de ações ao final do exercício	14	<u>327.813.400</u>	<u>327.813.400</u>		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)						
	Reservas de lucros		Reserva especial	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal				
Saldos em 31/12/10	355.535	8.470	118.902	-	11.189	494.096
Aumento de capital mediante capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital	11.452	-	-	-	-	11.452
Dividendos adicionais pagos	-	-	(54.754)	-	-	(54.754)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	121.547	121.547
Destinações						
Reserva legal	-	6.636	-	-	(6.636)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	94.575	-	(94.575)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(31.525)	(31.525)
Saldos em 31/12/11	366.987	15.106	158.723	-	-	540.816
Aumento de capital mediante capitalização	35.388	-	-	-	-	35.388
Dividendos distribuídos	-	-	(158.723)	-	-	(158.723)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	146.962	146.962
Destinações						
Reserva legal	-	7.349	-	-	(7.349)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(29.375)	(29.375)
Reserva especial	-	-	-	5.528	(5.528)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	-	(104.710)	(104.710)
Saldos em 31/12/12	402.375	22.455	-	5.528	104.710	535.068

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2012 E 2011 (Em milhares de reais)****1. Contexto operacional**

A PCH Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 22 de setembro de 2005 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua São Bento 8, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, e iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, quando passou a ser controlada pela Brasil PCH S.A.. A Companhia tem como objeto social a implementação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), seja diretamente ou através de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), bem como toda e qualquer atividade que seja relacionada à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em Acordo de Acionistas, e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada. A contratação de energia gerada pelas 13 controladas diretas se dá através de contratos de compra e venda firmados por cada uma das empresas com a Eletrobras/PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar da data de entrada em operação. As empresas Jataí Energética e Retiro Velho Energética através das Portarias MME nº 38, de 13 de junho de 2012 e nº 28, de 9 de maio de 2012, respectivamente, tiveram sua energia assegurada acrescida, fato que gerará aumento no volume de energia vendida ao PROINFA a partir de 1 de janeiro de 2013 e o respectivo aumento nas receitas a serem auferidas a partir dessa data. A unidade geradora da PCH Bonfante se encontra indisponível desde 7 de dezembro de 2012, devido a verificação de danos no multiplicador de velocidade. Estão sendo tomadas todas as providências necessárias para o restabelecimento da unidade no menor prazo possível, ainda que parcial. A Seguradora foi devidamente notificada e acompanha os trabalhos. Segue-se um resumo informativo das 13 PCHs:

• **Funil Energia S.A.**

A PCH está localizada no Rio Guanhões, no Município de Dolores do Guanhões, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 22,5MW e energia assegurada de 127,3 MWh, com investimento total de R\$91.071 e iniciou sua operação comercial em 4 de março de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

• **São Joaquim Energia S.A.**

A PCH está localizada no Rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves, no Espírito Santo, tem capacidade instalada de 21 MW e energia assegurada de 116,3 MWh, com investimento total de R\$82.421, e iniciou sua operação comercial em 16 de abril de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2030.

• **Santa Fé Energética S.A.**

A PCH está localizada no Rio Paraibuna, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Santana do Deserto, em Minas Gerais, tem capacidade instalada de 30 Mw e energia assegurada de 228,6 MWh, com investimento total de R\$ 143.101, e iniciou sua operação comercial em 8 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 05 de novembro de 2032.

• **Carangola Energia S.A.**

A PCH está localizada no Rio Carangola, no Município de Carangola, em Minas Gerais, tem capacidade instalada de 15 Mw e energia assegurada de 83,8 MWh, com investimento total de R\$61.198, e iniciou sua operação comercial em 24 de junho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

• **Jataí Energética S.A.**

A PCH está localizada no Rio Claro, no Município de Jataí, em Goiás. Tem capacidade instalada de 30MW e energia assegurada de 172,7 MWh, com investimento total de R\$113.974, e iniciou sua operação comercial em 29 de julho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2032.

• **Bonfante Energética S.A.**

A PCH está localizada no Rio Paraibuna, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Simão Pereira, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 19MW e energia assegurada de 118,0 MWh, com investimento total de R\$90.763, e iniciou sua operação comercial em 1º de agosto de 2008 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

• **Irara Energética S.A.**

A PCH está localizada no Rio Doce, no Município de Rio Verde, em Goiás, tem capacidade instalada de 30 Mw e energia assegurada de 159,5 MWh, com investimento total de R\$118.894 e iniciou sua operação comercial em 5 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 24 de setembro de 2032.

• **Calheiros Energia S.A.**

A PCH está localizada no Rio Itabapoana, entre os Municípios de Bom Jesus do Itabapoana, no Rio de Janeiro, e São José do Calçado, no Espírito Santo, tem capacidade instalada de 19 Mw e energia assegurada de 95,6 MWh, com investimento total de R\$76.836 e iniciou sua operação comercial em 11 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 13 de janeiro de 2030.

• **Caparaó Energia S.A.**

A PCH está localizada no Rio Preto, entre os Municípios de Caiana Feliz, em Minas Gerais, e Dolores do Rio Preto, no Espírito Santo, tem capacidade instalada de 4,5 Mw e energia assegurada de 22,8 MWh, com investimento total de R\$24.444 e iniciou sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 29 de dezembro de 2029.

• **Monte Serrat Energética S.A.**

A PCH está localizada no Rio Paraibuna, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Simão Pereira, em Minas Gerais, tem capacidade instalada de 25 Mw e energia assegurada de 160,1 MWh, com investimento total de R\$132.690 e iniciou sua operação comercial em 12 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

• **São Simão Energia S.A.**

A PCH está localizada no Rio Itapemirim, no Município de Alegre, no Espírito Santo, tem capacidade instalada de 27 Mw e energia assegurada de 133,1 MWh, com investimento total de R\$105.342 e iniciou sua operação comercial em 16 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 22 de março de 2031.

• **São Pedro Energia S.A.**

A PCH está localizada no Rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins, no Espírito Santo, tem capacidade instalada de 30 Mw e energia assegurada de 161,2 MWh, com investimento total de R\$133.718 e iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 18 de novembro de 2033.

• **Retiro Velho Energética S.A.**

A PCH está localizada no Rio da Prata, no Município de Aporé, em Goiás, tem capacidade instalada de 18 Mw e energia assegurada de 107,2 MWh, com investimento total de R\$109.641 e iniciou sua operação comercial em 18 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 12 de novembro de 2032.

2. Apresentação das demonstrações contábeis**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir

dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. a. Instrumentos financeiros:

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

• **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• **Caixa e Equivalente de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas no pagamento das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

iii. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

b. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, conforme legislação tributária vigente.

c. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial.

d. Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Considerando a conclusão das obras e o início das operações em março de 2008, aliado ao custo do imobilizado atender aos requerimentos do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia manteve o custo histórico como base de mensuração do ativo fixo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

e. Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das controladas diretas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e 474, de 7 de fevereiro de 2012. A Companhia e suas controladas consideram essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta nas Resoluções de autorização para estabelecimento como produtoras independentes, concedidas pela ANEEL a cada PCH, ao final do prazo dessas autorizações, caso não sejam renovadas, o valor residual dos bens será indenizado às Companhias. A Administração considera provável a renovação de autorizações, considerando a renovação concedida a terceiros conforme Portarias MME nº 956/10 e nº 197/12, autorizando a prorrogação das PCH's Pacífico Mascarenhas e San Juan, respectivamente, por mais 20 anos, condicionada à realização de pequena melhoria operacional, o que a Administração entende demonstrar a evidência concreta de possibilidade de prorrogação de autorização de PCH por mais 20 anos, entendendo assim estar em linha com um dos requerimentos do CPC 04 e OCPC 05.

Autorização e indenização

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (conforme descrito na Nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

f. Diferido

Registrado ao custo de formação. Na controladora, a amortização é calculada de forma proporcional em relação a cada controlada direta (PCHs), a partir da data do início de suas operações pelo prazo de dez anos. Nas controladas diretas, registra as despesas pré-operacionais até 31 de dezembro de 2008 e a amortização é calculada desde a data do início de suas operações pelo prazo de cinco anos. A Companhia e suas controladas optaram por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização. Em atendimento ao CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, que determina que para fins de demonstrações consolidadas, o efeito da manutenção dos saldos de ativo diferido deve ser totalmente eliminado.

g. Valor recuperável de ativos

O imobilizado, intangível e o diferido têm o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia e suas controladas não apuraram nenhuma indicação de perda que requeira a contabilização de provisão para ajuste desses ativos ao seu valor de recuperação.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

i. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

j. Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando a energia é gerada e a titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia e suas controladas.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia. São calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda e a contribuição social das demais controladas diretas são calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, cujas alíquotas aplicáveis sobre a receita brutas para apuração da base de cálculo são de 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social.

m. Demonstração do valor adicionado

A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (CPC 09), as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis.

n. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado por período atribuível aos acionistas sobre as ações ordinárias e preferenciais em circulação no período. O resultado por ação diluído é igual ao básico nos exercícios de 2012 e 2011.

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo essas:

Emissão	Descrição	Vigência a partir de exercícios iniciados em ou após:
IFRS 10	"Demonstrações Consolidadas" (Consolidated Financial Statements). Estabelece os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	"Acordos Conjuntos" (Joint Arrangements). Estabelece os princípios para reporte financeiro de entidades que sejam partes de acordos conjuntos.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades" (Disclosure of Interests in Other Entities). Consolida todos os requerimentos de divulgação que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	"Mensuração a Valor Justo" (Fair Value Measurement). Define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 1	"Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes" (Presentation of Items of Other Comprehensive Income). Requer que sejam agrupados em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 19	"Benefícios a Empregados" (Employee Benefits). A nova versão do IAS 19 elimina o "método do corredor" para reconhecimento de ganhos ou perdas atuárias, simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e, amplia os requerimentos de divulgação sobre planos de benefícios definidos.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IFRS 7	"Divulgações – Compensando Ativos e Passivos Financeiros" (Disclosures – Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1º de janeiro de 2013
Emendas aos IFRS 9 e 7	"Data Obrigatória de Entrada em Vigor do IFRS 9 e Divulgações de Transição" (Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures). Postergam a data de entrada em vigor do IFRS 9 para 2015. Eliminam também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e requerem divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1º de janeiro de 2015

A Administração da Companhia espera que nenhum desses novos Pronunciamentos tenham efeito material sobre as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas.

4. Gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas avaliaram e consideraram relevante a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas a incorrer em perdas financeiras. O contas a receber de clientes é formado por um único cliente - Eletrobras via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito e moeda, ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7.

- Risco mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia e suas controladas ficam expostas principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas dos índices econômicos - TJLP (índice de reajuste do contrato de financiamento junto ao BNDES). A Companhia e suas controladas administram e mensuram esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado.

- Risco operacional

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. As controladas da Companhia realizam as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, as controladas indetinas da Companhia contrataram cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme Nota Explicativa nº 21.

- Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas utilizam o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa. O excedente de caixa é aplicado imediatamente no mercado financeiro em Certificado de Depósito Bancário (CDI) a taxas que variam de 96,5% a 101% em bancos de primeira linha. Assim, garantem um caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias de curto e longo prazos, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas.



• Risco de juros
Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101% do CDI, conforme apresentado nas Notas Explicativas nº 6. Os passivos financeiros existentes abrangem basicamente saldos de financiamentos obtidos pela Companhia e suas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme apresentado nas Notas Explicativas nº 13. Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia e suas controladas está apresentada na Nota Explicativa nº 20.

• Gestão de capital
A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, do credor e do mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração. A Administração entende que a exposição da Companhia e suas controladas a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

5. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da PCH Participações S.A e as de suas controladas diretas: Bonfante Energética S.A., Calheiros Energia S.A., Caparaó Energia S.A., Carangola Energia S.A., Funil Energia S.A., Irara Energética S.A., Jataí Energética S.A., Monte Serrat Energética S.A., Retiro Velho Energética S.A., Santa Fé Energética S.A., São Joaquim Energia S.A., São Pedro Energia S.A. e São Simão Energia S.A.; nas quais a participação no capital é de 99,99%. Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

• Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas controladas;

• Eliminação dos saldos das contas dos ativos, passivos, despesas e receitas entre as empresas consolidadas. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações financeiras das controladas diretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado entre a controladora e consolidado

	31/12/12	31/12/11
Patrimônio líquido		
Saldo da controladora	535.068	540.816
Ativo diferido das controladas baixado somente no consolidado de acordo com o CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41 (Nota 12)	(2.479)	(5.968)
Saldo do consolidado	532.589	534.848
Resultado		
Controladora	146.962	
Amortização do diferido	2.479	
Consolidado	149.441	

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Caixa	-	-	6	-
Bancos	4	8	669	750
Aplicações financeiras	49	461	9.311	30.185
	53	469	9.986	30.935

Aplicações financeiras de liquidez imediata em CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto ao Banco do Brasil e Santander, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. Contas a receber

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pelas controladas diretas da Companhia (PCHs), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte. As PCHs registram o valor a receber referente à energia faturada conforme contratado pelo PROINFA. O período médio de crédito no contas a receber é de 35 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber. As suas controladas diretas não constituíram uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% dos contas a receber passados e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - Eletrobrás, inexistindo contas vencidas na data das demonstrações contábeis.

8. Ativos vinculados - BNDES

O saldo registrado em 31 de dezembro, refere-se aos recursos recebidos pelas controladas diretas, decorrentes da venda de energia gerada, e que estão vinculados ao BNDES. Esses ativos estão classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado. Conforme descrito na Nota explicativa nº 13, o BNDES exige como garantia do financiamento a constituição, pelas controladas, de conta de reserva vinculada. Esta conta é uma aplicação financeira no Fundo BB Comercial 17, de liquidez imediata e baixo risco, junto ao Banco do Brasil, que é a instituição financeira aprovada pelo BNDES para atuar como administradora das contas. Essa conta poderá ser utilizada para pagamento das parcelas do referido financiamento.

9. Depósitos judiciais

Algumas controladas diretas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a posse definitiva de terrenos ora tomados por terceiros. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs, das linhas de transmissão e de obras para uso público. De acordo com a posição dos advogados, não existem contingências passivas relacionadas a estes processos. Quando a posse definitiva desses terrenos for legalmente transferida para as controladas diretas da Companhia o valor dos respectivos depósitos quando levantados será atribuído aos terrenos adquiridos que serão contabilizados como ativo imobilizado dessas controladas diretas. Em 31 de dezembro de 2012, o valor dos depósitos judiciais é de R\$7.515 (R\$7.542 em 31 de dezembro de 2011).

10. Transações com partes relacionadas

O controle da Companhia é exercido pelos acionistas Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e Bloco Original (composto pelas empresas BSB Energética S.A. e Eletroniver S.A.), conforme estabelecido em acordo de acionistas. Conforme já mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Brasil PCH S.A. detém o controle individual com 99,99% de participação da PCH Participações S.A. que, por sua vez, controla individualmente, com 99,99% de participação, as 13 PCHs.

a) Movimentação dos saldos:

	Controladora	
	31/12/12	31/12/11
No início do exercício	588.084	423.114
Aumento de capital em controladas	-	96.162
Equivalência patrimonial	145.101	119.074
Dividendos a receber	(29.752)	-
Dividendos recebidos	(117.761)	(50.266)
No fim do exercício	585.671	588.084

b) Informações das investidas - PCHs:

Empresa	Lucro		Equiva- lência pa- trimonial		Quantidades de ações ordinárias		Patri- mônio líquido	
	Capital social	exercício	exercício	exercício	exercício	exercício	exercício	exercício
Bonfante Energética S.A.	27.745	9.989	9.989	21.297.498	36.998			
Calheiros Energia S.A.	23.402	6.528	6.528	19.807.560	29.499			
Caparaó Energia S.A.	12.742	1.268	1.268	5.245.272	13.996			
Carangola Energia S.A.	19.284	6.748	6.748	18.235.009	25.539			
Funil Energia S.A.	28.187	11.100	11.100	26.365.055	38.515			
Irara Energética S.A.	34.350	13.232	13.232	29.987.830	46.516			
Jataí Energética S.A.	32.441	15.672	15.672	26.706.019	46.719			
Monte Serrat Energética S.A.	48.411	13.285	13.285	24.442.915	60.009			
Retiro Velho Energética S.A.	55.343	5.605	5.605	30.038.414	60.173			
Santa Fé Energética S.A.	50.834	22.379	22.379	42.191.591	69.913			
São Joaquim Energia S.A.	27.426	11.221	11.221	21.867.811	37.778			
São Pedro Energia S.A.	61.180	16.384	16.384	35.950.397	75.108			
São Simão Energia S.A.	34.601	11.690	11.690	25.608.945	44.809			
				145.101				

c) Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as transações com partes relacionadas estão representadas como se segue:

	31/12/2012		31/12/2011		
	Ativo circulan- te	Passivo circulan- te	Ativo circulan- te	Passivo circulan- te	Passivo não circulan- te
	(i)	(ii)	(i)	(ii)	(iii)
Brasil PCH S.A.	-	116.495	-	50.794	35.388
Bonfante Energética S.A.	5.948	-	-	-	-
Calheiros Energia S.A.	3.329	-	-	-	-
Caparaó Energia S.A.	348	-	-	-	-
Carangola Energia S.A.	1.574	-	-	-	-
Funil Energia S.A.	2.060	-	-	-	-
Irara Energética S.A.	3.360	-	-	-	-
Jataí Energética S.A.	1.632	-	-	-	-
Monte Serrat Energética S.A.	3.785	-	-	-	-
Retiro Velho Energética S.A.	5.893	-	-	-	-
Santa Fé Energética S.A.	-	-	-	-	-
São Joaquim Energia S.A.	210	-	-	-	-
São Pedro Energia S.A.	1.273	-	-	-	-
São Simão Energia S.A.	340	-	-	-	-
	29.752	116.495	-	50.794	35.388

Referem-se a (i) dividendos a receber, (ii) dividendos a pagar e (iii) a Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

d) Remuneração da Administração: Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 30 de abril de 2012, foi aprovada a remuneração global líquida da Administração da Companhia para o período de janeiro a dezembro de 2012 em, no máximo, R\$60 (R\$50 em 2011). A Diretoria da Companhia é composta por dois diretores com remuneração anual de R\$29 mil.

11. Imobilizado

a) Composição do imobilizado:

Descrição	Taxa média ponderada de depreciação % (*)	Custo	Depreciação acumulada	Consolidado	
				31/12/12	31/12/11
Direitos sobre imóveis					
de terceiros e terrenos	0,00%	44.961	-	44.961	46.953
Turbina hidráulica	2,50%	157.268	15.842	141.426	145.777
Conduto forçado	3,13%	43.442	5.837	37.605	39.095
Gerador	3,33%	103.876	14.534	89.342	92.788
Comporta	3,33%	32.412	4.532	27.880	29.094
Subestação unitária	3,57%	77.684	11.806	65.878	68.678
Estrutura de tensão	3,57%	27.344	3.494	23.850	25.146
Casa de força produção hidráulica	2,00%	435.149	36.653	398.496	405.394
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	308.104	25.036	283.068	285.525
Adiantamento a fornecedores	0,00%	17.583	-	17.583	16.273
Outros	3,65%	78.415	10.835	67.580	68.192
		1.326.238	128.569	1.197.669	1.222.915

(*) As taxas de depreciação utilizadas até 31 de dezembro de 2011, sofreram alterações a partir de 1º de janeiro de 2012, conforme determinações da Resolução ANEEL nº 474/2012. O impacto ocorrido no resultado em função desta mudança de taxas não é relevante.

A Companhia e suas controladas diretas consideram essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta na Resolução nº 233, de 27 de junho de 2005, da ANEEL, a qual concede à PCH a autorização para se estabelecer como produtora independente, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorização por mais 20 anos. b) Movimentação do custo:

Descrição	Saldo em 31/12/10		Transfe- rências		Saldo em 31/12/11
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	
Terrenos	11.979	557	(161)	34.578	46.953
Máquinas e equipamentos:					
Turbina, transformador, estrutura e condutor de tensão	277.238	2.112	(1.425)	(81.001)	196.924
Disjuntor, painel, mesa de comando e transformador	48.822	54	(1.191)	(20.843)	26.840
Conduto forçado	167.267	91	(139)	(123.778)	43.441
Gerador, comporta, ponte rolante e transformador de serviços auxiliares	158.271	473	(2.007)	(3.460)	153.278
Subestação unitária	786	60	(931)	77.755	77.671
Sistema de proteção contra incêndio	2.141	21	(28)	547	2.680
Para-raios	2.575	4	-	(1.841)	738
Estrutura de tensão e sistema de comunicação	65.221	1	-	(59.503)	5.719
Sistemas de alimentação de energia e de ar-condicionado	5.940	4	-	(4.228)	1.716
Luminária	3	-	(3)	-	-
Outras máquinas e equipamentos	429	137	(70)	367	863
Móveis e utensílios	104	89	(1)	(89)	103
Instalações:					
Casa de força, reservatório e barragem	517.263	7.461	(1.076)	213.105	736.753
Tomada d'água, urbanização e benfeitorias	45.318	143	(4)	(40.198)	5.259
Sistema de comunicação local	48	8	(46)	679	691
Sistema dados meteorológicos/ hidrológico	15	-	-	538	553
Computadores e periféricos	101	1.111	(174)	1.033	2.070
Imobilizado em andamento	461	87	(516)	(32)	-
Adiantamentos a fornecedores	9.130	1.712	(940)	6.371	16.273
	1.313.112	14.125	(8.712)	-	1.318.525

c) Movimentação do custo no período:

Descrição	31/12/11		Transfe- rências		31/12/12
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	46.953	65	(22)	(2.035)	44.961
Turbina hidráulica	157.745	983	(230)	(1.230)	157.268
Conduto forçado	43.441	9	(8)	-	43.442
Gerador	103.785	244	(25)	(128)	103.876
Comporta	32.432	-	-	(20)	32.412
Subestação unitária	77.670	22	(6)	-	77.684
Estrutura de tensão	27.332	-	(8)	18	27.344
Casa de força produção hidráulica	432.787	2.195	(9)	176	435.149
Reservatório, barragem, adutora	303.968	2.449	(327)	2.014	308.104
Adiantamento a fornecedores	16.271	1.998	(1.258)	572	17.583
Outros	76.141	1.726	(85)	633	78.415
	1.318.525	9.691	(1.978)	-	1.326.238
Depreciação	(95.610)	(34.434)	1.475	-	(128.569)
Saldo	1.222.915	(24.743)	(503)	-	1.197.669

12. Diferido: Registra basicamente os gastos com despesas administrativas, remuneração e encargos dos funcionários e Administração. Suas controladas diretas registram ao custo de formação, e a amortização é calculada conforme a data de início das operações das Companhias controladas, pelo prazo de cinco anos. Em atendimento ao CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, que determina que para fins de demonstrações consolidadas, o efeito da manutenção dos saldos de ativo diferido deve ser totalmente eliminado, o ativo diferido em 31 de dezembro de 2012 foi baixado, e o seu efeito está sendo apresentado na Nota explicativa nº 19.

13. Financiamentos

	Consolidado	
	Indexador	31/12/12
BNDES:		
Principal	TJLP + 3,5% a.a.	516.764
Encargos		140.465
Total		657.229
Parcela de curto prazo		83.935
Parcela de longo prazo		573.294
Total		657.229

Em 13 de abril de 2006, as 13 PCHs, visando buscar recursos para implementação do projeto, firmaram contrato de financiamento junto ao BNDES. A dívida (principal e juros) decorrente desse contrato está sendo paga ao BNDES em 144 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal e juros atualizados, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas.

Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante:

2014	74.621
2015	74.621
2016	74.621
2017	74.621
2018	74.621
2019 a 2021	200.189
Total	573.294

Mutação dos financiamentos em 2012

Saldo inicial	737.338
Encargos provisionados	62.776
Pagamentos	(142.885)
Saldo final	657.229

As garantias são conforme se segue: a) Pela PCH Participações S.A.

(i) Oferece em penhor, em caráter irrevogável e irretroatável, as ações emitidas pelas PCHs de propriedade da PCH Participações S.A., podendo o BNDES, no caso de inadimplemento da beneficiária, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo do exercício de quaisquer direitos ou medidas judiciais cabíveis, alienar toda e qualquer parte das ações empenhadas em seu favor, por meio de venda amigável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações financeiras decorrentes da presente operação, devendo deduzir todas as despesas e os tributos eventualmente incidentes e entregar aos acionistas o que eventualmente sobejar.

(ii) Constituição de conta de reserva especial vinculada ao que exceder as contas de reservas do serviço da dívida das beneficiárias, proveniente da venda de energia à Eletrobras. Estando as contas de reservas das beneficiárias preenchidas, a conta de reserva especial deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação vencida acumulada para as 13 PCHs. As contas deverão ser abertas em instituição financeira, que atuará como banco administrador de contas, indicada pela beneficiária e aprovada pelo BNDES.

(iii) Não deliberar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio pelo prazo de 12 meses após a entrada em operação da última PCH e enquanto a conta de reserva especial não estiver preenchida durante todo o prazo do contrato de financiamento.

b) Pelas Beneficiárias (13 PCHs)

(i) Em 4 de abril de 2006, através de contrato suporte com o BNDES, todos os acionistas da Brasil PCH S.A., controladora indireta das PCHs, se comprometeram a honrar qualquer deficiência que afete a capacidade de cumprimento das obrigações da Companhia e de suas controladas até a quitação das obrigações junto ao BNDES.

**19. Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/12	31/12/11
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	147.905	122.782
Exclusões permanentes:		
01. Ganho de equivalência patrimonial	(145.101)	(119.074)
Base de apuração do lucro real	2.804	3.708
Alíquota nominal	34%	34%
IR	(677)	(903)
(+) Ajuste de apuração de exercícios anteriores:		
Total	(683)	(901)
CSLL	(252)	(334)
(+) Ajuste de apuração de exercícios anteriores:		
Total	(260)	(334)
Consolidado		
	31/12/12	31/12/11
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	161.357	137.134
Imposto de Renda e Contribuição Social as taxas de 34%	(54.861)	(46.626)
Efeito da base de cálculo das empresas tributadas pelo lucro presumido	42.936	34.511
Outros ajustes	9	15
IR/CSLL do Período	(11.916)	(12.100)

20. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis referentes aos ativos e passivos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, se aproximam, substancialmente, dos seus correspondentes valores de mercado. A Companhia não efetuou operações com derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros que representam risco para a Companhia e suas controladas. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses. Os cenários possível e remoto consideram a deterioração dos preços na variável de risco de 25% e 50% respectivamente, em relação a esta mesma data.

Operação	Risco	Cenário			
		Real 31/12/12	Provável 12 meses	Possível 25%	Remoto 50%
Aplicação financeira	Baixa do CDI	49	52	52	51
Ativos vinculados ao BNDES	Baixa do CDI	35.794	38.350	37.711	37.072
Cenário					
Operação	Risco	Real 31/12/12	Provável 12 meses	Possível 25%	Remoto 50%
		31/12/12	12 meses	25%	50%
Aplicação financeira	Baixa do CDI	9.311	9.976	9.810	9.643
Ativos vinculados ao BNDES	Baixa do CDI	71.579	76.690	75.412	74.134

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, a Companhia e suas controladas consideram que os instrumentos financeiros passivos oriundos de financiamentos não representam riscos relevantes, uma vez que, conforme cláusula específica do contrato firmado junto ao BNDES, a variável de risco inerente à operação, a TJLP, não poderá ser superior a 6%.

21. Cobertura de seguro**Seguro de responsabilidade civil**

As 13 PCHs, controladas diretas da Companhia, contrataram cobertura de seguro no valor de R\$10 milhões com vigência até 28 de abril de 2013 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

Seguro de operação

Em 28 de abril de 2012 e as controladas diretas, renovaram a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$1.091.954 e lucros cessantes no montante de R\$314.591, considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

22. Autorização para conclusão das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2013.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Marcos Gratacós Nóbrega - Diretor

Walter Nunes Seijo Neto - Diretor

Contador: Natália Moreira dos Santos - CRC RJ - 104518/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da PCH Participações S.A.

Rio de Janeiro - RJ.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da PCH Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria

que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, as controladas diretas calcularam a depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado de acordo com taxas de depreciação estipuladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, considerando a possibilidade de prorrogação do prazo de autorização por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de autorização. De acordo com as normas contábeis descritas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível (CPC 04) e as orientações contidas na Orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão (OCPC 05), a prorrogação do prazo de autorização somente pode ser considerada quando há evidências concretas que a suportem sem custo significativo para a Companhia. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2012, o investimento na controladora (imobilizado no consolidado) e o patrimônio líquido estão aumentados em, aproximadamente, R\$109.632 mil e o lucro do exercício está aumentado em, aproximadamente, R\$22.112 mil.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para a opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidado da PCH Participações S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para a opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. *Auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011:* As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 10 de fevereiro de 2012, contendo a seguinte modificação de opinião: "Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 12, as controladas indiretas calcularam a depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado de acordo com taxas de depreciação estipuladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, considerando a possibilidade de prorrogação do prazo de autorização por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de autorização. De acordo com as normas contábeis descritas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível (CPC 04) e as orientações contidas na Orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão (OCPC 05), a prorrogação do prazo de autorização somente pode ser considerada quando há evidências concretas que a suportem sem custo significativo para a Companhia. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2011, o investimento na controladora (imobilizado no consolidado) e o patrimônio líquido estão aumentados em, aproximadamente, R\$87.520 mil e o lucro líquido do exercício está aumentado em R\$25.797 mil".

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2013

Deloitte.

Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida

Contador
CRC 1RJ 036.206/O-5